



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

RAQUEL FROTA RODRIGUES

**A REPRESENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ÍNDIO NO
MUSEU NACIONAL DO SÉCULO XIX**

Rio Branco – Acre

2019

RAQUEL FROTA RODRIGUES

**A REPRESENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ÍNDIO NO
MUSEU NACIONAL DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – à distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Anna Paula da Silva

Rio Branco - Acre

2019

RAQUEL FROTA RODRIGUES

**A REPRESENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ÍNDIO NO MUSEU NACIONAL DO
SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Aprovada em ____ de _____ de 2019.

Anna Paula da Silva – Orientadora _____

DEDICATÓRIA

Aos Deuses

AGRADECIMENTOS

Durante o período ao qual me dediquei a escrever este trabalho, pude experimentar as mais diversas emoções. Foram crises de riso, crises de choro, sensações de impotência, sensações de onipotência. Tudo isso porque, dentre as várias opções de temas para este trabalho de conclusão de curso, optei por aquele que mais mexia comigo, e este não foi, necessariamente, um caminho fácil de trilhar. O que posso afirmar, no entanto, é que me diverti durante a maior parte desse processo, e isso por si só já valeu muito a pena. Agradeço a minha família, que se fez presente e paciente, especialmente durante o processo de elaboração deste trabalho de conclusão. Amo vocês.

Agradeço aos professores, pela paciência e boa vontade ao transmitir seus conhecimentos, em especial a minha orientadora incansável Anna Paula da Silva. Agradeço também ao meu querido amigo Allan Felipe Monteiro Ferreira de Barros, pela ajuda com a delimitação do tema deste trabalho, sempre me propondo novas perspectivas. E a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

“O que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem.”

Clifford Geertz.

RESUMO

O trabalho de pesquisa bibliográfica visa explorar a representação arqueológica do índio no Museu Nacional do século XIX. O objetivo é explicitar a forma pela qual diversas comunidades indígenas foram retratadas para a população brasileira, tendo como pano de fundo a realidade colonial da época. A metodologia adotada para responder tais questionamentos é própria da análise bibliográfica, tendo como base documentos históricos, livros e artigos de célebres autores que estudam os usos e costumes à época evocados.

Palavras-chave: Arqueologia; Museu; Eurocentrismo.

ABSTRACT

The work of bibliographical research aims to explore the archaeological representation of the Indian in the National Museum of the nineteenth century. The objective is to explain how different indigenous communities were portrayed for the Brazilian population, having as background the colonial reality of the time. The methodology used to answer such questions is based on bibliographic analysis, based on historical documents, books and articles by famous authors who study the customs and customs evoked at the time.

Keywords: Archeology; Museum; Eurocentrism.

Polo Barretos-SP

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1 CONCEITOS CHAVE: A ARQUEOLOGIA COMO FILTRO DA REALIDADE	11
1.1 A ARQUEOLOGIA E O PODER DE REESCREVER HISTÓRIAS	11
1.2 Quem é o Índio? A quem serve seu passado?	15
1.3 O Museu e os discursos	17
2 ARQUEOLOGIA E MUSEU NACIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX	21
3 EUROCENTRISMO E A PRESENÇA DO COLONIALISMO INTERNO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERENCIAIS TEORICOS	37

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de duas composições intelectuais. A primeira delas é a minha vivência e mais de dez anos de experiência no campo da ciência arqueológica, fato que molda boa parte da minha visão de mundo. A segunda é a minha profunda preocupação em como nos vemos reconhecidos em nosso passado, afinal nossas referências ideológicas filtram a forma como agimos em sociedade. Explico: nossas identificações com o passado determinam aquilo que valorizamos moral e intelectualmente. Logo, se faz necessário desmistificar o nosso passado, compreende-lo por meio de novas referências que possam problematizar a forma pela qual nossos antepassados nos são descritos. Essa composição é a motivação por trás de cada palavra escrita neste trabalho.

A representação arqueológica do índio no Museu Nacional do século XIX tem como objetivo explicitar a forma pela qual diversas comunidades indígenas foram retratadas para a população brasileira, tendo como pano de fundo a realidade colonial da época. Seguindo tal premissa, como os grupos indígenas foram representados no Museu Nacional do século XIX, e qual o papel da ciência arqueológica nessa representação? E, dentro de tal perspectiva, qual foi a função político-ideológica desempenhada pelo Museu Nacional?

A metodologia adotada para responder tais questionamentos é própria da análise bibliográfica, tendo como base documentos históricos, livros e artigos de célebres autores que estudam os usos e costumes à época evocados. Opta-se por autores que exploram o universo preponderante dos museus na construção da figura depreciativa impingida aos povos indígenas no século XIX, os preconceitos e a questão social que levou a tal atitude. Consequências que, a despeito de várias tentativas em sentido contrário, perpetuam-se até os dias de hoje.

As consequências atuais de tais práticas políticas e intelectuais perpetradas no Brasil do século XIX foram e são muito debatidas, mas o enfoque dado à ciência arqueológica é relegado a um segundo plano. Assim, o primeiro capítulo deste trabalho é dedicado à explicitar e problematizar conceitos, uma tentativa de exercício epistemológico que visa levar o leitor a conectar ciência arqueológica, museologia e a visão que comumente se tem das comunidades indígenas.

O segundo capítulo destina-se a expor, por meio de um breve histórico, o Brasil no século XIX e o subsequente status do Museu Nacional enquanto espaço de exposição cultural

e Instituto patrocinador de pesquisas e publicações. O objetivo é explicitar o aspecto político e ideológico de tais pesquisas e suas respectivas conclusões acerca dos povos indígenas que habitavam o país.

O terceiro capítulo é uma abordagem acerca dos conceitos de eurocentrismo e colonialismo interno, na tentativa de traçar um paralelo entre as representações que temos de nós mesmos hoje e as representações que foram construídas no âmago do século XIX. Afinal, por que grande parte dos brasileiros ainda se identifica com o passado criado pelo colonizador europeu sem questionar?

Por fim, nas considerações finais não se propõem nada novo, apenas a reflexão acerca dos temas abordados durante todo o trabalho dentro de uma perspectiva emancipadora.

1. CONCEITOS CHAVE: A ARQUEOLOGIA COMO FILTRO DA REALIDADE.

“O que é o homem? Eis a questão que a arqueologia põe aos vestígios das épocas mais longínquas.”

(Carl-Axel Moberg)

Este primeiro capítulo destina-se a delimitação de conceitos chave tais como arqueologia, índio e museu além de explicitar a dialética que lhes é implícita. Esses conceitos serão utilizados ao longo de todo o trabalho, e certamente estas delimitações conceituais serão fundamentais para a compreensão contextual das hipóteses aqui apresentadas.

1.1 A ARQUEOLOGIA E O PODER DE REESCREVER HISTÓRIAS.

A arqueologia, assim como as demais áreas das ciências humanas, é uma área do conhecimento que se dedica ao estudo do homem em sociedade, em seus diversos aspectos. O que a distingue enquanto uma ciência autônoma é o seu objeto de estudo e a metodologia específica da qual se serve para produzir resultados.

De acordo com o arqueólogo francês André Proust, “os historiadores analisam, sobretudo os documentos escritos, enquanto os sociólogos e antropólogos privilegiam a observação direta e os testemunhos orais.” Sendo assim nós estamos “acostumados a estudar as sociedades a partir dos textos escritos que alguns de seus integrantes deixaram (sobretudo quando se trata de sociedades passadas) ou da observação direta (quando é o caso de populações vivas)” (PROUST, 2007, p. 8).

Porém, o que ocorre caso se queira ter uma visão mais clara de sociedades perdidas no passado, que não possuíam registros escritos? Não se pode recorrer a uma observação direta, pois, os membros de tais sociedades já não existem mais e tampouco deixaram registros de como eram, do que faziam ou do que se alimentavam. Resta-nos estudar a cultura material produzida por estas sociedades. É o que a arqueologia se propõe a fazer. Proust exemplifica desta forma:

Quando queremos conhecer as sociedades indígenas desaparecidas, não dispomos de textos, pois elas não utilizavam a escrita. Por outro lado, as sociedades ameríndias que sobreviveram até hoje são poucas em relação às que existiram outrora, e se modificaram demasiado para oferecer uma imagem adequada dos primeiros habitantes do território que hoje chamamos Brasil. Dependemos, portanto, exclusivamente dos vestígios materiais que eles deixaram, quase sempre involuntariamente, e com os quais nem historiadores nem antropólogos estão acostumados a tratar. (PROUS, 2007, p.8)

É por meio do estudo da cultura material, especificamente dos resíduos materiais (túmulos, cerâmicas, templos, artefatos de caça, pinturas rupestres, etc.), que se torna possível estudar sociedades de várias épocas, desde aquelas que pertenceram a um passado remoto considerado pré-histórico, até as sociedades contemporâneas em geral. De acordo com a arqueóloga Madu Gaspar a “arqueologia é a ciência que estuda as culturas a partir do seu aspecto material, construindo suas interpretações através da análise dos artefatos, seus arranjos espaciais e sua implantação na paisagem” (GASPAR, 2000, p.7). E ainda, segundo André Prous:

Os especialistas que estudam esses restos de corpos, instrumentos, atividades, moradias – dentro do contexto ambiental da época- são os arqueólogos. Têm os mesmos objetivos dos outros pesquisadores das ciências humanas, mas apenas utilizam métodos e técnicas diferentes (relacionados às ciências da vida e da Terra), e dependem do estudo dos vestígios materiais. Isso os leva a dar grande importância tanto ao que se convém chamar de ‘cultura material’ quanto aos aspectos da vida cotidiana e ao ambiente no qual viveram as populações pretéritas. (PROUS, 2007, p. 9).

Sendo assim pode-se compreender esses resíduos materiais como uma espécie de registro cultural, uma “impressão digital” de determinada sociedade que, ao ser devidamente estudado pode fornecer informações valiosas quanto ao seu tempo, espaço, arte, prática alimentar, religiosidade, arquitetura, enfim toda uma complexidade cultural que a distingue das demais. Aprofundando um pouco mais nesse tópico temos que, de acordo com Gaspar, a ciência arqueológica em seus primórdios:

[...] concentrava-se principalmente no estudo de grupos pré-históricos e dedicava-se especialmente à formação de coleções que constituíram os importantes Museus de história natural. Os objetos eram escolhidos devido ao seu apelo estético e por remeterem a culturas distantes no seu tempo e espaço. Atualmente, o campo de estudo da arqueologia não está mais demarcado pelo surgimento da escrita, tendo se voltado também para a análise de sociedades históricas. (GASPAR, 2000, p.7)

Nesse aspecto a arqueologia é uma ciência interdisciplinar na medida em que as ciências humanas e físicas se fundem na prática arqueológica. Ao analisarmos a história, ainda em construção dessa ciência, no próximo capítulo desse trabalho, esse aspecto interdisciplinar ficará mais evidenciado. Por hora basta dizer que é dentro desse âmbito que se quer transdisciplinar da arqueologia, que se torna possível obter dados sobre o passado através da combinação de diversas especialidades que muitos julgam incompatíveis tais como: química, arquitetura, biologia, matemática, fotografia, artes gráficas, física nuclear, geomorfologia entre outras. Dessa forma, o seu objetivo é reconstruir o passado da humanidade por meio da análise de vestígios materiais, utilizando-se de metodologia específica e interdisciplinar e que pode, efetivamente, fornecer informações e parâmetros de estudo elucidativos. Em outras palavras, a arqueologia é uma ciência válida.

Há ainda um aspecto importante a ser abordado com relação ao campo de atuação da arqueologia enquanto ciência humana que diz respeito, especificamente, às *interpretações* que seus especialistas tecem acerca do passado. É interessante pensar que em sua busca por elucidar o passado através dos vestígios materiais, arqueólogos lidam não apenas com a cultura material, mas também com a imaterial. De acordo com o arqueólogo Pedro Paulo Funari “a cultura refere-se, a um só tempo, ao mundo material e espiritual.” Nesse sentido podemos concluir que “a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 1988, pp.10-11). A arqueologia não é, necessariamente, uma ciência que estuda somente as sociedades que não possuem a escrita, sua interdisciplinaridade permite que seu objetivo se foque na elucidação de informações também sobre as sociedades contemporâneas.

De qualquer forma, é lícito afirmar, portanto, que ao propor uma interpretação do passado tendo como base os vestígios materiais, nossos arqueólogos também projetam um ideal de cultura imaterial possível.

Em outras palavras, a arqueologia nem sempre é uma ciência factual. E na medida em que desenvolvem interpretações sobre as sociedades, sejam elas de um passado longínquo ou mesmo contemporâneas, nossos cientistas aderem às mais variadas tendências teóricas. Prous afirma que:

Com efeito, e como qualquer área científica a arqueologia não expõe ‘fatos objetivos’ que permitiriam atingir uma verdade absoluta, mas interpreta os indícios disponíveis em função dos pressupostos dos arqueólogos. Estes variam de acordo com o momento (também existem modas na ciência) e as tendências dos pesquisadores (há abordagens práticas e correntes teóricas diferenciadas em cada época). (PROUS, 2007, p.9).

Cabe-nos ressaltar a dialética entre os arqueólogos e as relações de poder existentes. “Mas qual a relação entre a Arqueologia, em geral percebida como uma ciência neutra, e a Política, ou seja, a esfera das relações de poder?”. Ora, a Arqueologia é sempre política no sentido em que “responde a necessidades político-ideológicas dos grupos em conflito nas sociedades contemporâneas.” (FUNARI, 1988, p.70). Afinal, as perguntas direcionadas ao passado sempre partem de um grupo de indivíduos situados em uma determinada época e em um determinado lugar na sociedade. Os arqueólogos Prous e Funari exemplificam muito bem esse ponto de vista:

Um exemplo dos problemas que isso levanta é a exigência de indígenas de Minas Gerais de participarem da ‘reconstrução’ do seu passado. Em reuniões de trabalho na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2002, professores indígenas cobraram a possibilidade de fazer sua própria arqueologia, guiada por seus próprios princípios- obviamente muito diferentes dos que regem os acadêmicos formados pela sociedade dominante. De fato, será que pode haver uma arqueologia ‘branca’ e uma arqueologia ‘indígena’ (...)? Trata-se apenas de um problema ideológico, do qual a ciência teria de se manter afastada, ou seria a ciência ‘ocidental’ também uma ideologia como qualquer outra? (PROUS, 2007, p.12).

E ainda:

Assim, por exemplo, a importância ideológica da Arqueologia em Israel, bem como a grande participação de voluntários nas escavações e na preservação e exibição do material arqueológico, explicam-se pela busca de identidade entre o atual Estado judeu e a antiga ocupação hebraica da Palestina. A primazia cronológica da entrada dos judeus na região em relação aos filisteus serve como potente justificativa da reocupação da mesma pelos judeus. (FUNARI, 1988, p.71).

O fato é que a presença física da cultura material atinge diretamente os membros da sociedade, em contraste com os documentos escritos, que muitas vezes são inacessíveis à grande parte da população. É difícil contestar aquilo que se vê. O problema é que na maioria das vezes temos nossos olhos treinados para enxergar uma dada realidade. Nisso consiste a dialética entre a arqueologia e a política ideológica exercida pelo Estado. De acordo com Funari “a subordinação da Arqueologia à sociedade ou, mais precisamente, ao Estado e aos grupos dominantes, torna-se clara na sua dependência, frente a estes, para a obtenção de verbas e do apoio institucional necessários à pesquisa arqueológica.” (FUNARI, 1988, pp.70-71). O que leva a crer que, pelo menos à algumas das perguntas relacionadas ao passado, a resposta já está pronta, necessitando apenas de um embasamento científico para funcionar como verdade universal em determinadas sociedades. Ainda de acordo com Funari:

Esta ligação entre Arqueologia e Política apresenta-se, contudo, sempre mediatizada. Não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas

ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que dêem sustentação *científica* a essas pretensões (FUNARI, 1988, p.71).

Obviamente toda essa ideologia política é atenuada por meio de um discurso muito bem elaborado, quase sempre sob a sombra da cientificidade. Na América Latina, e em específico no Brasil, esse discurso ideológico insere-se dentro de uma perspectiva mais ampla. Seus métodos de disseminação são diversos e seus ideais encontram-se profundamente enraizados em nossa própria cultura nacional. A questão é como se dá esse processo, afinal é preciso compreendê-lo para podermos afinar o olhar.

1.2 QUEM É O ÍNDIO? A QUEM SERVE SEU PASSADO?

Spensy Pimentel, em seu livro “O Índio que mora na nossa cabeça” (2012), defende que “os maiores obstáculos que os brasileiros enfrentam para entender os índios não estão naquilo que eles não sabem, e sim naquilo que pensam que sabem sobre os índios.” Afinal desde a mais tenra infância somos levados a apreender uma série de informações a respeito do que é um índio no Brasil. Podemos citar os livros didáticos desenvolvidos para o ensino médio e fundamental como exemplo de construção desse saber comum:

Quando os portugueses chegaram à nossa terra, encontraram, como vimos, muitos povos. E, ao tentar aprender a língua deles, descobriram que muitos falavam a mesma língua: o tupi. Essa língua, que chamamos também de tupi-guarani, estava presente em quase todo território e dava nome a praticamente tudo. (FUNARI, 2001, p.38)

E ainda:

Apesar das inúmeras diferenças entre os povos Tupi-Guarani, é possível encontrar vários pontos em comum entre eles, a começar pela origem. Eles começaram a se formar há cerca de 5 mil anos, na região da atual floresta Amazônica. Há cerca de 2.500 anos começaram a migrar. Enquanto alguns grupos percorreram a região litorânea e formaram os Tupi, outros caminharam pelo interior até a parte sul do continente e deram origem aos Guarani. (SANTIAGO, CERQUEIRA E PONTES, 2013, p.220)

Ao realizar buscas em sites de organizações não governamentais e afins, dentre as informações mais comuns, estão as de que é índio aquele que se identifica com uma

comunidade indígena e é visto por ela como um membro além de manter relações de parentesco ou vizinhança entre si, eles são descendentes dos povos originários que habitavam o continente antes da chegada dos europeus e apresentam modos de vida que são semelhantes aos de seus antepassados. Entre os indígenas não há classes sociais como as conhecemos. A terra pertence a todos, sendo a coletividade uma característica marcante nas comunidades indígenas. Duas figuras se destacam na organização das tribos: o pajé e o cacique. O pajé é o sacerdote da tribo, conhecendo todos os rituais e recebendo as mensagens dos deuses. O cacique, também importante na vida tribal, faz o papel de chefe, pois organiza e orienta os demais índios. A educação indígena é empírica e vinculada à realidade da vida da tribo indígena. São ágrafos, e a sua história é transmitida oralmente.

Dentro desta perspectiva de saber comum existem vários problemas. O primeiro que fiz saltar a vista no início deste tópico é a falsa noção de que todas as comunidades indígenas, apesar de sua pluralidade cultural e linguística, são vistas sob uma ótica de singularidade. Seus costumes, ritos e modo de vida nos são apresentados de forma a privilegiar a noção de que as comunidades indígenas estão em uma espécie de simbiose, e que ao estudar um grupo estamos estudando todos os outros.

O segundo problema dessa perspectiva é a ideia de que somos uma sociedade apartada das comunidades indígenas. Ao privilegiar a narração histórica do colonizador europeu rompe-se com o vínculo de um passado indígena. O colonizado brasileiro passa a vincular seu passado ancestral à Europa, e não à América do Sul. Diferente de nossos países vizinhos, o Brasil não é conhecido por grandes exemplos de vestígios arquitetônicos deixados por povos que habitavam o território na época da chegada dos portugueses. Fato que imprime ao indígena brasileiro a imagem de não civilizado, bárbaro e/ou selvagem.

Para se ter uma ideia, no século XIX, era comum os primeiros antropólogos concluírem que, como vários povos indígenas viviam em casas grandes, às vezes com mais de uma centena de pessoas morando sob o mesmo teto, eles seriam “promíscuos”. Isso explicaria o fato de que, em algumas línguas, a mesma palavra seja usada para designar a mãe e as tias maternas, ou o pai e os tios paternos. Como logo se descobriu com o avanço das pesquisas, essa conclusão não tinha o menor fundamento, era pura ignorância, literalmente. (PIMENTEL, 2012, p.16)

Eis que as palavras de Pimentel (2012) começam a ganhar sentido. Ao assumir ou presumir conhecer o índio, não questionamos e não há problematização da realidade que se apresenta diante de nossos olhos. É preciso levar em consideração que a própria noção de Brasil enquanto nação é uma construção. De acordo com Funari e Noelli (2002):

Do nosso ponto de vista, não se pode fugir das definições correntes, mas, ao mesmo tempo, não se deve aceita-las de forma acrítica. Separar a História da Pré-história pelo critério do “uso da escrita” é inconsistente, no caso da América; assim é artificial caracterizar a Pré-história como o estudo da origem de “outros povos”, pois, no caso do Brasil, ao menos um terço da população possui antepassados indígenas e, além disso, boa parte das nossas heranças culturais é ameríndia. (FUNARI; NOELLI, 2002, p.14)

Para Pimentel (2012), o mal-entendido acerca do que aprendemos sobre o índio “começou muito cedo, com a ideia dos europeus de que sempre ‘faltava’ algo aos indígenas.” (p.15). O fato é que na visão dos recém-chegados exploradores europeus existia nas comunidades indígenas uma carência de tecnologias e instituições e sob essa ótica o que é na realidade uma diferença cultural “acabou sendo pensada como uma questão de tempo, como se o encontro com os indígenas fosse um encontro com o próprio passado da humanidade, antes que ela ‘evoluísse’ e inventasse coisas como as roupas ou o Estado.” (p.16)

Ver o índio como “o outro” e não como um antepassado próximo essencial para a construção da nossa identidade e nacionalidade, perpetua uma visão preconceituosa e colabora para a sua exclusão social. A forma como tecemos e construímos o passado pré-colonial por meio da História, Antropologia, Arqueologia e também da Museologia, pode e deve transformar a relevância das comunidades indígenas. Para tanto se deve prezar pela identificação do não índio com o índio, em busca de um discurso político e ideológico que se sirva do passado em busca da emancipação de conceitos eurocêntricos e coloniais.

1.3 O MUSEU E OS DISCURSOS.

O conceito de discurso refere-se, de forma geral, a situações que envolvam a comunicação dentro de um determinado contexto. Diz respeito a quem fala, para quem se fala e sobre o que se fala. A fala, no caso, pode ocorrer de diversas formas, haja vista a amplitude da linguagem oral, escrita, a arte e demais representações. O conceito de discurso ao qual me atendo para a realização desta pesquisa é expresso como sendo a maneira pela qual nosso acesso ao passado nos é mediada, por meio de uma determinada representação historiográfica.

Dentro desta perspectiva, opta-se por trabalhar o conceito de representação desenvolvido por Franklin Rudolf Ankersmit, historiador e filósofo neerlandês. Para Ankersmit, o conceito de representação implica a concepção de que o representado ecoará de forma diferente na cabeça daquele que o representa, pois este último possui um sistema de crenças e visão de mundo próprio, que difere daquele primeiro (o representado). Isto equivale

a dizer que não existe neutralidade em nenhuma representação, pois esta é sempre mediada por cabeças pensantes e singulares. Na interessante visão de Ankersmit, convém perguntar-nos:

No caso de um retrato ou uma biografia de Napoleão, o que poderia representar, se não o próprio Napoleão? Então o que é representado por uma representação não é um objeto único identificável no mundo (como Napoleão), ao qual podemos referir-nos basicamente da mesma forma como é feita pelo sujeito-termo de uma descrição verdadeira? Pensar assim é, naturalmente, o que o simples bom-senso parece requerer. Porém, se o que é representado por uma pintura ou uma biografia de Napoleão, não é o próprio Napoleão, o que poderia eventualmente ser isso, e como devemos então conceber a relação entre isto e o próprio Napoleão? (ANKERSMIT, 2012, p.189)

Nesse sentido, podemos trocar a figura de Napoleão Bonaparte, pela representação das comunidades indígenas. No caso de artefatos e pinturas das comunidades indígenas apresentadas no Museu Nacional no século XIX, representam-se quais personagens? Os grupos indígenas ou os idealizadores de tais exposições? Esse questionamento é deveras instigante porque pode ser associado à concepção de discurso. Dentro deste âmbito de discurso presente nas representações é que se concebe o ideário museológico.

Compreender o conceito de museu é fundamental para dimensionar as hipóteses apresentadas nesse TCC. Dentre as diversas opções de apresentação deste conceito, a escolha foi pelo caminho mais didático. Assim, de acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, p.28).

Para Diana Farjalla Correia Lima (2012, p. 38), ao nos remetemos à palavra Museu surge a imagem do antigo Templo das Musas, “local onde se depositavam oferendas às filhas de Mnemosyne e Zeus, respectivamente, a deusa da Memória e o soberano dos deuses do Olimpo”. Dessa forma, as “oferendas iniciaram o que se passou a identificar como ‘coleções’, conjuntos de bens que fazem parte do histórico museológico” ((LIMA, op. cit., loc. cit.).

A visão de que o Museu conta uma história que deve ser preservada por meio da exposição de “coleções” transformou-se a partir do século XIX, como cita a referida autora.

Por força da fragmentação do universo do conhecimento em espaços de especialização, consolidada no decorrer do século XIX, quando os saberes foram determinando as ‘fronteiras’ de seus domínios, desenhando os campos do conhecimento para exercer suas propostas teóricas e intervenções práticas, estabeleceu-se a especialização temática aplicada como tipologia para o Museu. Composição na qual o perfil das instituições tornou-se moldado em consonância com o elemento biface que fomenta as pesquisas nos seus espaços museológicos: as coleções e as facetas do assunto ligado ao enfoque/área do conhecimento que as toma sob seu olhar interpretativo. Recebeu, por conseguinte, contribuições advindas das aplicações disciplinares dos diferentes ramos do conhecimento que, aliados ao campo da Museologia e atuando nos Museus por meio de abordagens dadas às coleções, pouco a pouco se tornaram partícipes com sua interpretação, conforme se verifica e segundo as tradicionais divisões que ainda persistem na nomenclatura: museu histórico, museu artístico, museu científico ou de ciências, como nos dedicados, por exemplo, aos conteúdos das áreas da História, das Artes ou das Ciências – Museu Histórico Nacional; Museu de Arte Moderna; Museu de Astronomia e Ciências Afins. (LIMA, 2012, pp. 40-41)

Aos museus cabe a responsabilidade de preservar, interpretar e contar a história de um povo por meio da exposição de seus artefatos, coleções artísticas e literárias. A sua utilidade social consiste na concepção de que a população necessita saber de suas origens e de suas potencialidades. Dessa forma a manutenção de nossa identidade cultural torna-se mais fácil. De acordo com Márcia Chuva:

O cerne da preservação do patrimônio, em seus diferentes formatos – do tombamento às coleções museológicas – é a atribuição de valor que transforma bens ou práticas culturais em patrimônio – compreendido como referência de pertencimento a grupos de identidade. A questão do valor de patrimônio, condutor nas atividades que desenvolvem no âmbito das instituições de preservação do patrimônio cultural, está remetida à complexa discussão sobre identidades. Valor para quem? Valor em que sentido ou perspectiva? Valor simbólico, valor estético, valor histórico, valor de uso, valor de troca, todos estão em jogo em uma economia que se instaura a partir do reconhecimento por meio de sua patrimonialização e musealização. (CHUVA, 2013, p.198)

Ao selecionar o que é representado, o que se inclui e o que se exclui, os museus adquirem a potencialidade de se afirmarem como espaços de promoção do diálogo intercultural. Assim, o museu não é portador de um discurso neutro e este reconhecimento implica o repensar das práticas museológicas: quem e o quê estão representado, como está representado, e quem fala por quem?

Ainda de acordo com Marcia Chuva a “preservação do patrimônio cultural, desde suas origens no século XIX, constituiu-se como essencial para que fossem consagradas identidades que confirmaram as fronteiras nacionais” (2013, p.200). Ora, em nossa imensidão territorial, a cultura dominante portuguesa definiu a nacionalidade, e a nossa sociedade compartimentada em grupos e classes sociais está a selecionar os elementos culturais de seu interesse para que

sejam guardados, preservados e interpretados. E é exatamente por isso que “as práticas de patrimonialização e musealização que constituíram identidades nacionais dominantes podem, hoje, instrumentalizar grupos de identidade, deslocando-os da invisibilidade e das margens de exclusão para integrá-los” social, cultural e historicamente (2013, p.200).

2. ARQUEOLOGIA E MUSEU NACIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX

O século XIX representou um marco para o desenvolvimento de várias ciências, e não foi diferente para a arqueologia. “O principal foco se voltou à descrição dos materiais, especialmente obras arquitetônicas e monumentos, procurando tornar a arqueologia uma disciplina sistemática e científica” (GONZALEZ, 2000, p.14). Primeiramente a arqueologia passa a ser vista como uma disciplina auxiliar da História, e assim “visando à transformação da cultura material em fonte histórica, foram sendo criados métodos científicos para esse trabalho arqueológico” (FUNARI, 2006, p.86). Fortemente influenciadas pelo positivismo, as escavações arqueológicas, antes feitas de maneira aleatória, tornam-se precisas, científicas, carregando os critérios do rigor dito científico. Arqueólogos tomam emprestados parâmetros utilizados por historiadores da época, e procurando detalhar tudo o que encontravam, criam uma metodologia específica para a pesquisa arqueológica. E dessa forma:

O século XIX constituiu uma longa fase de consolidação, quando foram implementados vários métodos de campo e estabelecidas importantes cronologias regionais. Foi em suas primeiras décadas que a arqueologia se estabeleceu, de fato, enquanto disciplina. (GONZALEZ, 2000, p.14)

Foram grandes as descobertas científicas realizadas no século XIX, que foram de alguma forma, aproveitadas por arqueólogos: Darwin formula a sua teoria sobre a maneira pela qual ocorreu a evolução das espécies, e assim diversos estudiosos utilizaram seus parâmetros para a análise das sociedades e dos artefatos arqueológicos; os avanços na área da geologia permitiram a arqueologia uma base na qual determinar a ordem cronológica dos vestígios materiais, através da estratificação do solo; descobriu-se através das pesquisas de Lund que a humanidade é bem mais antiga do que haviam pregado na Bíblia, abrindo o horizonte para o estudo do que se denominou Pré-história; entre outras descobertas e resoluções científicas importantes.

Através de financiamentos à Museus e Instituições de pesquisa ligados à ideologias políticas, incentivaram as explorações arqueológicas com motivos militares de reconhecimento de áreas pretendidas a colonização.

No início do oitocentos, a quantidade de expedições e escavações arqueológicas foi extremamente numerosa. Se por um lado, essas pesquisas já pertencem a uma nova concepção metodológica, dita científica e moderna, estavam totalmente vinculadas aos princípios expansionistas das grandes potências mundiais. (LANGER, 1999, p.105)

Reafirma-se aqui que o território brasileiro não é reconhecido pela existência de complexos monumentos considerados pré-coloniais, tais como ruínas de grandes templos, grandes construções em pedra, ou quaisquer outros tipos de vestígios associados às grandes civilizações, como ocorre no Peru, na Bolívia e em outros países da América do Sul.

Foi por meio do contato que o colonizador europeu promoveu, das crônicas escritas durante as diversas viagens expedicionárias e religiosas, que surgem os primeiros registros da diversidade populacional existente no Brasil do século XV e XVI, não raro fazendo alusões à cultura material pertencentes a estes povos. E algumas peças arqueológicas foram coletadas por oficiais da Coroa juntamente com outros objetos exóticos para o Gabinete Real de Curiosidades, situado em Portugal (BARRETO, 2000, p. 35).

Expedições de cunho científico foram realizadas ao longo da área amazônica por estrangeiros europeus como o francês Charles Marie de La Condamine (1745), Franz Keller Leusinger (1784) e o português Alexandre Rodrigues Ferreira (1785-1790). Estas por sua vez, exercem papel fundamental no desenvolvimento da arqueologia no Brasil. Contudo não havia neste primeiro momento, interesse em estudar o passado longínquo das populações indígenas que viviam em território brasileiro, contentava-se em registrá-los, ao lado da diversidade da fauna e flora características do país.

A interpretação relacionada à origem dessas populações restringia-se a especulações míticas e bíblicas. E é exatamente através do estudo dessas crônicas que se inspiram as primeiras pesquisas arqueológicas que ocorreram no país.

De fato, não havia até meados do século XIX, interesse por parte dos intelectuais em fomentar um “passado nacional” essencialmente brasileiro. Em parte porque o passado do Brasil restringia-se ao passado de um povo indígena que não possuía um passado “rico” ou mesmo “monumental” e sendo assim não despertava o interesse dos intelectuais e em parte porque a “Coroa a qual, apesar de incentivar a exploração do território para promover a imagem de um país vasto, diversificado, cheio de riquezas naturais, também procurava impedir novas idéias que fortalecessem o incipiente nativismo brasileiro.” (BARRETO, 2000, p.36).

Ainda de acordo com Barreto, a história da arqueologia no Brasil esta intrinsecamente ligada à história do desenvolvimento dos museus no país. Isto porque justo estes

desempenharam uma função primordial no incentivo às pesquisas, expedições exploratórias e principalmente na orientação teórica e conceitual dos intelectuais em suas respectivas épocas.

Os Museus, de forma geral, nascem e se desenvolvem dentro de uma perspectiva de discurso político. Expressam a riqueza de um reino através da *exposição* de sua respectiva cultura material e/ou imaterial, visto que esta não é casual. Em outras palavras, toda a disposição do Museu carrega em si uma simbologia política funcional, que se transforma de acordo com o contexto histórico-político no qual esta disposição foi criada.

Dessa forma, ao avaliarmos o papel político dos estudos e das exposições desenvolvidas pelo Museu Nacional no Brasil do século XIX, podemos constatar que sua função política sofre modificações significativas de acordo com a história político-administrativa do país. Enquanto o Brasil era mantido apenas como mais uma colônia de exploração de Portugal, às expedições era dado o estímulo a recolher itens considerados exóticos, para a exibição no Gabinete Real de Curiosidades. Objetivando mostrar aos súditos portugueses a extensão das terras do Reino, sua riqueza natural e o domínio exercido aos povos indígenas.

Esse quadro muda completamente após a instalação da Corte Portuguesa e do subsequente processo de independência do Brasil. É que a partir desse momento o discurso político terá outra entonação, e caberá também aos Museus desenvolvê-lo e expressá-lo ao povo brasileiro através de estudos e exposições. Mas, para compreender o contexto político no qual surgem os Museus no país e sua função discursiva dentro deste quadro administrativo, é necessário fazer uma retrospectiva quanto aos moldes de organização social vigente no país nesta época em específico.

De acordo com Pedro Paulo Funari, a base do sistema social no Brasil governado por Portugal, do século XVI até o fim do período Imperial, era escravista e senhorial. Antigas linhagens de famílias proprietárias de terra exerciam, através desse sistema econômico, significativa influência ideológica e político-administrativa na sociedade brasileira, formando um quadro social extremamente hierarquizado. A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, ocorrida em 1808, acaba por acentuar esse quadro social hierarquizante, que distinguia e acentuava os nuances de grupos sociais subalternos, através da “implantação, em terras tropicais, de uma elite típica do Antigo Regime europeu, que impôs um discurso imperial a respeito das origens nobres do poder colonial” (FUNARI, 2002, pp.131-132).

Qual era a função do Museu logo após a chegada da Corte Portuguesa no Brasil? Assegurar o poder de uma elite dominante por meio de um discurso pautado na ideia de que os povos indígenas eram inferiores em todos os sentidos sociais e culturais. Tal discurso

justifica a exploração desses grupos sociais subalternos, ou seja, índios, negros e mestiços. A maior parte da população brasileira. Nesse ritmo, e dentro deste contexto histórico político, logo foi criado o Museu Real em 1818 no Rio de Janeiro.

Desempenhando “desde os primórdios de seu funcionamento, papel preponderante como gerador e divulgador do conhecimento científico” (SÁ E DOMINGUES, 1996, p. 79), o Museu Real buscando inspiração no Museu Britânico, pretendia ser um “museu do poder colonial, reunindo material dos territórios portugueses na Europa, na América, na África e na Ásia” (FUNARI, 2002, p.133). Mantêm-se o princípio norteador do Gabinete Real de Curiosidades. Em poucas palavras, o Museu Real torna-se o Museu Nacional após o processo de Independência ocorrido no ano de 1822, no entanto, o discurso político expresso através da exposição da cultura material de sociedades em suas galerias, não muda:

Em 1838, foi publicado o primeiro catálogo completo do museu, a *Lista de objetos reunidos no Museu Nacional desta Corte*. É digna de nota a maneira como o material foi dividido em seções: zoológica, botânica, mineral, de Belas Artes, e de Objetos relacionados às artes, hábitos e costumes de diversos povos. (...) A categoria “Objetos relacionados com diversos povos” incluía antiguidades egípcias e europeias, assim como aquelas relacionadas com os “povos ignorantes”: nativos da África, Ásia, Nova Zelândia, Ilhas Sandwich e Brasil. (...) A coleção do material “selvagem”, de diversas origens, por outro lado, era uma maneira de reafirmar que não era mera coincidência o fato dos africanos serem escravizados e os nativos massacrados no Brasil, pois estes povos eram considerados como animais a serem domados. (FUNARI, 2002, p. 134)

De uma forma ou de outra, a família real portuguesa continuou a governar o país até o ano de 1889, através do Império, e manteve, nesse meio tempo, a mesma elite dirigente de seu passado colonial, preservando as distinções e obedecendo a uma hierarquia fundamentada, sobretudo, na posição social. Vale ressaltar que a elite colonial, que mais tarde se tornou imperial, compreendia sua própria superioridade racial também através da realização de diversos “estudos”. Em outras palavras, tanto a etnografia quanto a arqueologia deveriam contribuir para “retratar o colonizado como um selvagem cuja cultura deveria ser esquecida e ao qual deveria ser ministrada a educação europeia” (FUNARI, 2002, pp.136-137).

Como um complexo em si, o Museu Nacional no século XIX tornou-se um discurso material da elite dominante na época Imperial, dando margem à criação de outras instituições que desempenhariam papel semelhante na sociedade brasileira.

Compreendida a estrutura funcional desempenhada pelo Museu Nacional no país e sua intrínseca relação com os discursos políticos, cabe agora uma análise dos principais teóricos que influenciaram a formação de vários outros intelectuais. De maneira geral, é possível

estabelecer que as principais pesquisas e correntes teóricas arqueológicas desenvolveram-se por meio dos incentivos do Museu Nacional no Rio de Janeiro (1822).

No ano de 1838 constituiu-se no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e suas reuniões tinham lugar no Museu Nacional. Basicamente as duas instituições compartilhavam das mesmas preocupações, e entre elas, estavam a Arqueologia e a Etnografia, introduzidas no Instituto como disciplinas correlatas.

As expedições, por meio do Instituto, tornaram-se oficiais e também mais numerosas. De acordo com Lúcio Menezes (FERREIRA, 2006, pp. 274-275), as expedições científicas buscavam materializar o poderio imperial, pois estas tinham o claro objetivo de localizar “novas rotas comerciais, de abrir e cartografar novas rotas para o comércio com as colônias, de palmilhar territórios desconhecidos, de revelá-los, por meio da ciência, em seus recursos e riquezas”. É dentro desse modelo que disciplinas como Arqueologia e Etnografia se enquadram uma vez mais, pois “assim como se cartografa a terra e procede-se à taxionomia das diferenças biogeográficas, mapeiam-se, também, as singularidades culturais das populações encontradas durante as viagens científicas”.

É dentro do âmbito Museu Nacional-Instituto que se desenvolvem as mais influentes teorias de degeneração a respeito dos povos indígenas que habitavam o país, em consonância com as principais teorias desenvolvidas acerca dos mesmos fora do país. De acordo com Funari (2002), os estudiosos brasileiros, de maneira geral estavam em “estrito contato com as teorias arqueológicas então desenvolvidas na Europa, principalmente na França e na Dinamarca”. Seguindo a tendência teórica da época, durante muitas décadas, importam-se modelos e explicações teóricas a respeito dos povos indígenas.

Nesse ínterim, e dentre as muitas expedições que adentraram o Brasil, alguns teóricos, em sua grande maioria de origem estrangeira, marcaram a história da teoria arqueológica no país e suas “descobertas” ainda causam grande impacto na formação dos intelectuais brasileiros. Através do Museu Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico ficaram conhecidas teorias dos intelectuais Karl Ph. von Martius e Francisco Adolfo Varnhagen.

Karl Ph. von Martius (1794-1868), realizou suas expedições entre 1818 e 1821, e fez importantes registros arqueológicos e etnográficos. Contudo, o que realmente marcou a história do país foi a sua teoria de degeneração indígena. Acreditava que uma única raça, provavelmente vinda da Ásia ou da Europa, havia chegado a estas paragens por meio de uma tecnologia marítima avançada e ao perderem o rumo de volta para sua terra de natal, teriam dado origem às populações da América, e conseqüentemente as populações indígenas existentes no Brasil. Formulou sua teoria baseado em três evidências, a saber:

Em primeiro lugar, as edificações colossais que se espriam pela América Central e pelo México; herdada, contudo por povos cujas teocracias, muito antes da conquista espanhola, não podia deter o processo de franca degeneração que as fragosidades das florestas tropicais lhe impunham [...] Em segundo lugar, a América apresentaria um conjunto de animais e plantas úteis, domesticados por um povo antes civilizado, guardião de uma força intelectual que degenerou. A terceira evidência seriam os tupis. Originários dos Andes, eles descendiam dos incas. Dos Andes, chegaram ao Sul do continente americano e alcançaram, depois, o norte. Das regiões do rio da Prata à Amazônia, os tupis eram civilizados, povos que se imbuíram da perícia cultural incaica e realizaram uma das maiores diásporas do mundo, porquanto seus vestígios lingüísticos se acham desde o Caribe até o Paraguai; contudo, em virtude da miscigenação com raças bárbaras e da exposição tropical, degeneraram. (FERREIRA; NOELLI, 2007, p. 1243)

Esses povos, segundo Von Martius, que teriam pertencido a grandes civilizações, não souberam adaptar-se da mesma maneira ao deparar-se com a fauna e flora típicas do país, e assim foram degenerando-se até o estágio em que se encontravam.

Com isso inaugurou-se também todo um ciclo de especulações imaginosas que viam os índios brasileiros como o estágio final de uma civilização decadente, a qual poderia ser desde a dos fenícios, hebreus, chineses, japoneses e mongóis, até a de outros povos fictícios como os atlantes. Tais especulações eram sobretudo populares entre os intelectuais brasileiros que, formados sob a ótica colonial européia, estavam ainda inconformados com um passado indígena ‘pobre’, ao contrário de seus vizinhos que, em seus movimentos nativistas e anticoloniais, podiam evocar a tradição de altos impérios e civilizações, como as dos astecas e incas. Esta ótica marcou o desenvolvimento da arqueologia no país até os dias de hoje. (BARRETO, 2000, p.36).

Outra teoria importante sobre degeneração indígena foi a do autor Francisco Adolfo Varnhagen, que em 1841 propôs a efetivação da Seção de Etnografia e Arqueologia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tinha como objetivo mapear o território brasileiro em seus “ângulos etnográficos e recolher materiais para organizar um saber sobre a história primitiva do Brasil”, e para tanto fez amplo uso da arqueologia. (NOELLI; FERREIRA, 2007, p.1245)

A conclusão a que chegou Varnhagen, em consonância com Von Martius, foi a de que as populações indígenas haviam se degenerado. Para ele, este fato devia-se em parte por conta do clima tropical, e em parte pela miscigenação desenfreada da população cultural “superior” que aqui chegara com outras tribos inferiores que habitavam o território brasileiro antes da chegada destes. Varnhagen discordava de Von Martius quanto à origem das populações indígenas brasileiras. Para ele a origem da cultura Tupi estava localizada “no Caribe e, a partir do Norte, notadamente das adjacências do Amazonas, vieram, em levadas sucessivas, imigrando

até o sul do continente americano, ocupando os sertões e a costa litorânea do Brasil” (NOELLI; FERREIRA, 2007, p.1246).

Varnhagen, portanto, aproxima-se e afasta-se da hipótese de povoamento do Brasil estabelecida por Martius: os tupis vieram, sim, do norte, mas do Caribe e do Amazonas e não propriamente dos Andes, e chegaram ao sul do Brasil sem bordejar, contudo, as cercanias do rio da Prata e o Paraguai. (NOELLI; FERREIRA, 2007, p.1246).

Outra semelhança no pensamento de Varnhagen que o aproxima de Von Martius é a sua crença de que os Tupis vindos principalmente das ilhas do Caribe proviessem de “civilizados povos navegadores do velho mundo: fenícios, gregos ou egípcios” (NOELLI; FERREIRA, 2007, p.1246).

Considerando o relativo despovoamento do território brasileiro quando da chegada dos primeiros colonizadores portugueses Varnhagen, baseando-se na teoria de Malthus segundo a qual a população só poderia se desenvolver e crescer demograficamente quando seus habitantes abandonassem a vida errante e se entregassem a agricultura e a habitações permanentes, tece explicações sobre o “fato” (NOELLI; FERREIRA, 2007, p.1246).

Para Varnhagen, o território era despovoado, em primeiro lugar “porque os Tupis guerreavam permanentemente” movendo-se pelo “instinto de vingança, viviam hostilizando-se uns aos outros, cobiçosos pelos melhores lugares para pescar e caçar, pelos despojos dos conflitos” que seriam principalmente os “escravos para os trabalhos e carne para os festins antropofágicos”. Em segundo lugar os Tupis, em seu mais completo “estado de decadência, desconheciam qualquer visão metafísica de mundo”, e já que “nenhuma religião os governava”, eles encontravam-se “corrompidos pelo homossexualismo, daí a intensificação do despovoamento” (NOELLI; FERREIRA, 2007, p.1246).

É somente a partir do Segundo Reinado com Dom Pedro II, que a arqueologia e a etnografia ganham espaços próprios, apesar de secundários em relação às ciências naturais como a botânica e a geologia, nos museus da época. O Museu Nacional é reinaugurado em 1876, e passa a contar com um arqueólogo: Ladislau Netto. Os debates, no entanto, continuavam a concentrar-se em problemas raciais e evolucionistas. Segundo Cristiana Barreto:

O debate era obviamente inspirado nas preocupações nacionalistas européias desse fim de século e na decorrente necessidade política em se determinar as origens e diferenciações étnicas dos diversos povos europeus. (...) É dentro desse contexto de teorias evolucionistas e do que seria mais tarde cunhado como escola “evolucionista racista” que foi inserida a arqueologia, com o papel de documentar os vestígios

humanos mais antigos e fornecer fundamentos empíricos para as várias teorias em voga. (BARRETO, 2000, p. 38).

Porém “o fim do regime levou a um declínio abrupto na abordagem imperial para com o passado, tendo então ocorrido uma mudança do cenário de poder do Rio de Janeiro para São Paulo” (FUNARI, 2002, p.137). Em São Paulo, logo após a queda do regime Imperial foi inaugurado em 1894 o Museu Paulista, nele “a arqueologia passou também a ocupar um espaço relativo, cuja importância se traduzia no interesse pessoal do diretor e fundador, o zoólogo Hermann von Ihering.” (BARRETO,2000,p.38). Concentrando seus estudos principalmente na região Sul do país, para von Ihering estudar o homem “primitivo” era o mesmo que estudar a flora e a fauna, e chegou mesmo a defender publicamente o extermínio das populações indígenas no Brasil. De acordo com Lúcio Menezes:

Nos termos de Gramsci, o colonialismo interno pode ser pensado como uma guerra de posições, uma tática para a dominação de classe, para a composição das forças sociais em prol da obtenção de uma hegemonia, uma guerra conduzida de forma lenta, contínua, envolvendo manobras diversas e variáveis. A própria síntese arqueológica de von Ihering sobre o Sul do Brasil funciona como uma arma para as guerras de posição, é instrumento de defesa da hegemonia de uma elite e da propriedade privada. Ela estabelece um conhecimento positivo, um saber técnico, capaz de ajustar os mecanismos de um governo racial. (FERREIRA, 2005, p. 431)

Essa visão reflete um processo de modernização à moda europeia, vivenciado no Brasil em fins do século XIX e início do século XX. Difícil afirmar que todo esse processo manifesta seu fim no século XXI, o fato é que o pensamento de Von Ihering a favor de uma política modernizadora colaborou muito para o que, de acordo com Cristiana Barreto, mais tarde foi denominado como teoria evolucionista racista, e influenciou inúmeros intelectuais brasileiros e europeus.

3. EUROCENTRISMO E A PRESENÇA DO COLONIALISMO INTERNO

Toda possível interpretação que fazemos de nós mesmos ou de qualquer outra pessoa passa, invariavelmente, por um critério ou modelo avaliativo. Este é, consciente e inconscientemente, construído através do próprio convívio social: no seio familiar, em instituições de ensino, e até mesmo através dos meios de comunicação em massa. É sobretudo por meio desse contato social que você constrói seu próprio juízo de valor e estabelece seus próprios critérios para a vida que deseja construir. Em outras palavras, tudo aquilo que consideramos bom, mau, bonito, feio, amoroso, odioso, científico ou religioso, absolutamente todos os seus conceitos, são direta ou indiretamente influenciados pelo seu convívio social. E é assim que se forma uma *visão de mundo*.

Em uma escala mais ampla, é possível afirmar que utilizaremos este modelo avaliativo, construído com base nos dados aos quais se teve acesso, para interpretar uma determinada sociedade, que pode ser a nossa própria ou outra qualquer. Dessa forma podemos classificá-la como sendo bárbara ou civilizada, alegre ou séria, desenvolvida ou subdesenvolvida, entre outros termos.

Toda e qualquer classificação dependerá, por sua vez de como se constrói o modelo avaliativo, com base em quais dados. Assumindo então, que grande parte dos ideais de vida e que a própria visão de mundo está profundamente relacionada com as relações sociais que se mantêm desde a infância, é preciso desenvolver um conhecimento mais profundo acerca da mecânica ideológica, nas quais estas próprias relações estão inseridas. Afinal ao estendermos esse ideal do aspecto individual para o aspecto da coletividade, podemos perceber que não somente a visão de mundo de uma única pessoa pode ser influenciada. A questão é como isso acontece.

De fato, através de variados métodos, pode-se influenciar a visão de mundo de todo um meio social, ou seja, toda uma nação pode ser influenciada ou mesmo coagida a ter um único modelo do que seria a *boa vida*. Sabe-se que as relações sociais de grande parte do globo são hoje pautadas no modelo civilizatório proposto pelo capitalismo e a ordem neoliberal. O cientista político Edgardo Lander compreende tal modelo como:

[...] O discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à *boa vida*. (LANDER, 2005, p.21).

De acordo com Lander, portanto, o neoliberalismo não pode ser compreendido como uma simples teoria econômica, e sim como um modelo civilizatório que dita não apenas as normas de conduta social, mas a maneira de conceber a própria identidade coletiva e individual. Mas, em qual sociedade este modelo civilizatório estaria baseado? Ora, a construção desse modelo, bem como sua disseminação mundial “tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia” (LANDER, 2005, p.26). Esse processo tem seu início com a colonização do Continente Americano por parte dos europeus:

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas -simultaneamente- a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo- todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados- numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é -ou sempre foi- simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. (LANDER, 2005, p.26)

Sendo assim, o conceito de eurocentrismo proposto por Lander remete ao modelo civilizatório disseminado pela Europa à época da conquista do Novo Mundo. A Europa passa a ser o centro do mundo, seus costumes passam a ser os únicos permitidos, sua religião cristã intolerante com os demais cultos religiosos abre o precedente para o genocídio, e sua história passa a ser a única a ser contada. A colonização europeia inferiu a um só tempo, no território e no espírito daqueles que ainda hoje, compartilham o Continente Americano. Perceba que essa perspectiva tem estrita ligação com as afirmações do autor sobre o neoliberalismo, citado no início deste tópico. Na realidade, neoliberalismo e eurocentrismo fazem parte de um mesmo discurso hegemônico que busca inviabilizar o surgimento de qualquer outra cosmovisão. Enfim, podemos assumir que o eurocentrismo é a própria noção de civilização e barbárie. Mais ainda, o europeu civilizado se opõe ao mundo primitivo com todos os seus Deuses e culturas diversificadas, pois se considera digno e evoluído, e como tal tem o dever e a necessidade de disseminar seus ideais de prosperidade. É a própria oposição entre o moderno (a Europa e o povo civilizado europeu) e o atrasado (todo o restante). Nas palavras de Lander:

Esta cosmovisão tem como eixo articulador central a idéia de *modernidade*, noção que captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. (LANDER, 2005, p.33)

Na concepção ocidental o modelo de civilização europeu passou, paulatinamente, a ser visto como o ápice evolutivo a ser atingido por qualquer outra sociedade do planeta. Nem que para isso seus defensores tenham que recorrer ao uso da força física. Eis que surge a oposição entre tudo àquilo que é civilizado (tudo aquilo que adere ao preceito europeu), e tudo aquilo que é bárbaro e primitivo, ou seja, todos aqueles que, por algum motivo, não seguem o modelo civilizatório eurocêntrico. É bem claro: ou você é civilizado e segue todas as normas impostas pela sociedade neoliberal; ou é um bárbaro, ser primitivo que não consegue adaptar-se à evolução social.

Mas não é apenas isso. O modelo civilizado versus primitivo, propagado através do atual discurso hegemônico, funciona como uma verdadeira máquina ideológica que implica a constante reinvenção de si mesma. Isso explica a eficácia do modelo civilizatório eurocêntrico a tal ponto de tornar-se natural e inquestionável para grande parte das pessoas. A *naturalização* dessa prática cognitiva ocorre, principalmente, através das práticas de “ensino”. Sendo assim, pode-se afirmar que a naturalização de uma dada realidade social se dá por meio da repetição de um dado discurso hegemônico. Este aparece vestido em várias roupagens (fruto de suas reinvenções), mas em essência permanece o mesmo. A grande ponte, no caso do eurocentrismo, para a obtenção desse êxito ideológico foi a constância na prática das ciências humanas, em especial as ciências sociais. Lander esclarece que através das ciências sociais “dá-se o processo de cientificação da sociedade liberal, sua objetivação e universalização e, portanto, sua *naturalização*” (LANDER, 2005, p.35).

No corpo disciplinar básico das ciências sociais -no interior das quais continuamos hoje habitando- estabelece-se em primeiro lugar uma separação entre passado e presente: a disciplina *história* estuda o passado, enquanto se definem outras especialidades que correspondem ao estudo do presente. Para o estudo deste último delimitam-se âmbitos diferenciados correspondentes ao *social*, ao *político* e ao *econômico*, concebidos propriamente como regiões ontológicas da realidade histórico social. A cada um desses âmbitos separados da realidade histórico-social corresponde uma disciplina das ciências sociais, suas tradições intelectuais, seus departamentos universitários: a sociologia, a ciência política e a economia. A

antropologia e os estudos clássicos definem-se como o campo para o estudo dos outros. (LANDER, 2005, p.33)

As categorias, as perspectivas e os conceitos elaborados pelas ciências sociais, tais como Estado, sociedade civil, modernidade, economia entre outros, convertem-se “não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o *dever ser* para todos os povos do planeta.” (LANDER, 2005, p.34).

Seguindo as palavras de Lander este é “o contexto histórico-cultural do imaginário que impregna o ambiente intelectual no qual se dá a constituição das disciplinas das ciências sociais. Esta é a visão de mundo que fornece os pressupostos fundacionais de todo o edifício dos conhecimentos sociais modernos.” (LANDER, 2005, p.33). Ou seja, o modelo civilizatório europeu é responsável por compreendermos a realidade em escalas evolutivas, além de, é claro, concebermos esse ideal como natural, e por isso mesmo, irrevogável. Fato que podemos constatar ainda hoje, como evidencia Lander:

O processo que culminou com a consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal, até que estas adquirissem o caráter de formas *naturais* de vida social, teve simultaneamente uma dimensão colonial/imperial de conquista e/ou submissão de outros continentes e territórios por parte das potências europeias, e uma encarnizada luta civilizatória no interior do território europeu na qual finalmente acabou-se impondo a hegemonia do projeto liberal. (LANDER, 2005, p.31)

Esta é a construção eurocêntrica responsável por pensar e organizar “a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal” (LANDER, 2005, p.34). As visões eurocêntricas aprisionam a cultura das Américas a *níveis* socioculturais, acabam por propiciar um tipo de colonialismo interno, que se caracteriza por aprisionar também os processos cognitivos da sociedade a certos conceitos úteis a uma determinada manipulação político-ideológica.

Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento *colonial* e *imperial* em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma “normal” do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. (LANDER, 2005, p.34)

Em resumo, o termo eurocentrismo somente pode ser compreendido quando inserido dentro de um contexto histórico e político. Primeiramente é necessário compreender que o processo de colonização do Continente Americano pelos europeus não tem um caráter unicamente físico, no sentido de que o combate à barbárie dos povos indígenas não se deu somente através do genocídio, mas também através de um discurso político e de uma “educação” voltada para civilizar. Esse fato ficou muito evidente no Brasil.

Existindo uma forma “natural” do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de “se superarem” e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial). Os mais otimistas vêem-nas demandando a ação civilizatória ou modernizadora por parte daqueles que são portadores de uma cultura superior para saírem de seu primitivismo ou atraso. *Aniquilação* ou *civilização* imposta definem, destarte, os únicos destinos possíveis para os *outros*. (LANDER, 2005, p. 34-35)

A ciência arqueológica que nasce no Museu Nacional Instituto no século XIX, foi forjada no interior dessa perspectiva eurocêntrica do mundo, tecida no pano de fundo do modelo civilizatório proposto pelos europeus. Assim como as ciências sociais, seus conceitos tem como base a realidade experimentada na Europa. Nesse sentido, a arqueologia foi paulatinamente construída para estudar os vestígios materiais a partir de uma ótica colonial. A Europa controlou a fabricação dos conceitos etnocêntricos e a arqueologia forneceu as *provas* materiais de que as diferentes sociedades existentes no Continente Americano antes da chegada dos europeus eram primitivas e atrasadas.

O museu dialoga diretamente com a ideia de patrimônio como construção social e discursiva, que se expressa a partir de sujeitos, lugares, interesses, estratégias e suportes diferenciados e, como tal, revela-se como itinerários simbólicos que produzem relações de poder, saber, identidades, linguagens e práticas sociais. O patrimônio enquanto categoria de pensamento sujeita a construções históricas, resultante de processos contínuos de transformação, é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas também "para agir", como afirma José Gonçalves, fazendo a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente e outras oposições. O patrimônio não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado; de certo modo, constrói, forma as pessoas. (FREITAS, 2017, p.6)

São os conceitos eurocêntricos profundamente enraizados em nossa forma de ver o mundo que se transformam em uma prisão colonialista. Esse é o colonialismo interno que

vivemos ainda hoje. Nisso consiste o papel da arqueologia no colonialismo interno: a construção de um discurso material que prove a inferioridade da diversidade cultural frente à superioridade do modelo civilizatório disseminado pela Europa. Nesse sentido é válido afirmar assim como Francisco Noelli e Lúcio Menezes que:

Por ‘colonialismo’ entendemos não somente o governo e a exploração direta dos territórios nativos e de seus habitantes (Bohmer, 1995), não apenas a conquista militar, política e econômica, mas também a dimensão propriamente cultural ou científica do colonialismo, aquela que justificou as missões civilizadoras, isto é, as narrativas ou representações, arqueológicas ou não, que colocaram as sociedades indígenas em posição de inferioridade cultural, classificando-as como bárbaras, primitivas e (...) degeneradas. (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1241)

É fato que vários tipos de discursos políticos se servem da história de uma sociedade com propósitos ideológicos. Afinal, “não há um ponto arquimediano em que as representações sobre o passado sejam purgadas das pressões políticas e posições institucionais. As representações arqueológicas nunca estão fora da política” (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1241).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há 10 anos, em uma prospecção arqueológica realizada pela Universidade Federal do Acre, fui encarregada de explicar para o proprietário da porção de terra em que se encontrava o sítio arqueológico, quem o havia construído. Na tentativa de causar uma boa impressão disse: “Foram povos do passado!”. O senhor de meia idade olhou-me atentamente, tentando fazer uma conexão entre o que eu havia dito e a estrutura arqueológica encontrada em suas terras, disse depois de um breve momento: “Ah sim, só se foram povos do passado mesmo, porque índio é tudo preguiçoso”. Esse curto diálogo nunca saiu da minha cabeça, e deu origem a muitas das minhas inquietações.

Por mais que se tente, nunca chegaremos a uma verdade universal a respeito de como era a vida das comunidades indígenas antes da colonização europeia. Formularemos conceitos sobre a ocupação do território, sobre a estratificação social, a especialização tecnológica, a alimentação e a viabilidade dos recursos ambientais para a sustentação dos adensamentos populacionais, sua mobilidade, entre outros aspectos. Esse parece ser um exercício constante.

A representação arqueológica dos povos indígenas no Museu Nacional do século XIX, seja por meio de exposições, incentivos a pesquisa e publicação, caracterizou a forma pela qual o povo brasileiro e estrangeiro da época os entendia e interpretava. O processo de colonização do Continente Americano pelos europeus não tem um caráter unicamente físico, no sentido de que o combate à “barbárie” dos povos indígenas não se deu somente através do genocídio, mas também através de um discurso político e de uma “educação” voltada para civilizar. Ao que parece, as sociedades indígenas, consideradas primitivas, adquirem um valor substancial na medida em que mais se assemelham com um Estado civilizado.

Faz-se necessário romper com os elementos eurocêntricos e etnocêntricos que apreendem as comunidades indígenas apenas pelo viés do colonizador, sem dar o respeitoso espaço para que eles falem por si. Dessa forma romperíamos também com a massificação ideológica desse colonialismo interno. Nesse sentido, o campo museológico é um espaço que pode promover a discussão desta problemática. Afinal a representação arqueológica dos grupos indígenas no Museu Nacional nunca esteve fora da política.

Ora, a complexidade, a beleza, a forma mais coerente de organização social, todos esses elementos, e a compreensão que a sociedade em geral tem deles é pura construção ideológica. Penso que é extremamente necessário conhecer não apenas as teorias, mas a história dos conceitos nelas empregados. Assim pode-se trabalhar a interpretação das

sociedades de maneira mais acertada e coerente com o mundo que queremos construir. É dentro desta perspectiva que proponho aos leitores deste trabalho, uma metodologia crítica e com propósitos políticos e ideológicos bem delineados. Com base nisso é que se pode, efetivamente, construir um mundo novo, em que não se contemple comunidades indígenas como povos atrasados ou preguiçosos por não encaixarem sua cultura ao modelo civilizatório europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. A escrita da História: a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012, 338 p.

BARRETO, Cristiana. A Construção de um Passado Colonial: Uma Breve História da Arqueologia no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/ fevereiro 1999-2000.

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). 90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. pp. 195-208.

FERREIRA, Lúcio Menezes. . Arqueologia e Geoestratégia: As Fronteiras Imperiais e o uso das fontes arqueológicas (1838-1877). Varia História, Belo Horizonte, v. 24, p. 149-171, 2001.

FERREIRA, Lúcio. Menezes. Arqueologia do Sul do Brasil e Política Colonial em Hermann von Ihering. Anos 90 (UFRGS), v. 12, p. 415-436, 2005.

FERREIRA, Lúcio. Menezes; NOELLI, Francisco. A Persistência da Teoria da Degeneração e do Colonialismo nos Fundamentos da Arqueologia Brasileira. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 14, p. 1239-1264, 2007.

FREITAS, I. B. Museus Casas Históricas: Patrimônios e Narrativas do Médio Vale do Paraíba. 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação)

FUNARI, Pedro Paulo; GONZALEZ, Erika. Ética, capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. História (São Paulo), v. 27, p. 13-30, 2008.

FUNARI, P. P. A. Teoria e Métodos na Arqueologia. Mneme, v.5, n. 13, 2005.

FUNARI, P. P. A. Fontes Arqueológicas - os historiadores e a cultura material - Segunda Edição 01/12/2006. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). Fontes Históricas. 2a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, v. , p. 81-110.

FUNARI, Pedro Paulo. Teoria Arqueológica na América do Sul. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. v. 1. 51 p.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo. Os Antigos Habitantes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2001

FUNARI, P. P. A.; NOELLI, F. S. Pré-História do Brasil. 1 a. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e Emergência dos Grupos Subordinados na Arqueologia Brasileira, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 131-153, dezembro de 2002.

FUNARI, P. P. A. Teoria e Métodos na Arqueologia. *Mneme*, v.5, n. 13, 2005.

GASPAR, Madu. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000: il.. (Descobrimos o Brasil)

GONZÁLEZ, Erika. Arqueologia em Perspectiva: 150 Anos de Prática e Reflexão no Estudo de Nosso Passado. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 10-31, dezembro/ fevereiro 1999-2000.

LANDER, Edgardo (org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas – latino-americanas. 1ª Edição, 2005.

LANGER, Johnni. As origens da arqueologia clássica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, SP, v. 09, n. 09, p. 95-110, 1999.

Leis nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e legislação correlata.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MOBERG, Carl- Axel. Introdução à Arqueologia. Lisboa, Edições 70, 1968.

PIMENTEL, Spensy. O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012.

PROUS, André. O Brasil Antes dos Brasileiros: a pré-história de nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

SÁ, M. R. ; DOMINGUES, H. M. B. . O Museu Nacional e o Ensino das Ciências Naturais no Brasil do Século XIX. *Revista da SBHC*, N. 15, P. 79-88, 1996.

SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia e PONTES, Maria Aparecida. Por Dentro da História v.1. 3. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2013. (Coleção Por Dentro da História).